

Dora Kramer*

BC oferece saída à francesa ao TCU

O desfecho da reunião entre o Banco Central e o Tribunal de Contas da União, relatado por Vital do Rêgo Filho, deixou a nítida impressão de que o BC deu ao TCU a chance de sair de uma confusão em que nunca deveria ter entrado.

Uma saída mais ou menos honrosa: ficou combinada uma inspeção supervisionada que em nada muda a decisão técnica da liquidação do Banco Master, mas serve para o órgão auxiliar do Poder Legislativo reduzir os danos provocados pelo esquisito afã do ministro relator, Jhonatan de Jesus, em questionar o BC.

O presidente do TCU bem que tentou dar um nó em pingo d'água em suas explicações. Ressaltou o espírito de colaboração entre as duas instâncias, mas escorregou ao dizer que a atuação do tribunal conferia segurança jurídica, “um selo de qualidade”, ao Banco Central.

Considerando que a autoridade monetária não precisa disso para decretar o fim das atividades de instituições financeiras que infrinjam as regras de mercado e prejudiquem investidores, a alegação expôs o caráter meramente protocolar do encontro. Extraordinariamente

rápido -45 minutos- para tema tão complexo, se análise de fato houvesse.

A ideia foi selar a paz onde nunca deveria ter havido sinal de guerra e dar uma demão de verniz na imagem do TCU, arranhada com a adesão à ofensiva de ações explícitas e implícitas no intuito de aliviar de alguma forma a situação de Daniel Vorcaro.

Depois de ter ido à linha de frente, o Tribunal de Contas recuou e completará o gesto em manifestação do colegiado na próxima semana. Resta nesse obscuro ambiente o Supremo Tribunal Federal, sobre o qual recaem respingos de questionamentos às condutas dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

O Congresso aparece como sujeito oculto na cena. Ali tentou-se aprovar regra de demissão de diretores do BC e aumento do dinheiro garantido aos investidores de bancos falidos. As iniciativas fracassaram, mas ainda assim seus autores deveriam ser importunados em atenção à clareza dos fatos.

*Jornalista e comentarista de política

Arnaldo Niskier*

Remuneração justa

Não se pode defender o uso da inteligência artificial para burlar direitos autorais de conteúdo jornalístico. Plataformas adotam IA para captar, resumir e redistribuir em grande escala textos que não produziram. A cúpula do Brics no Rio divulgou documento com foco específico em IA, classificando a tecnologia como oportunidade histórica para promover o desenvolvimento, mas ainda tem alguns problemas que precisam ser resolvidos. O documento cita a necessidade de uma remuneração justa, pelas plataformas e big techs, que detêm os direitos da produção de conteúdo.

Deseja-se evitar o uso indevido de dados. É a posição do Brics, que veio numa boa hora, quando se deseja equacionar o que se entende por uma remuneração justa. É uma forma também de se evitar os nomes de candidatos em época de eleição. Deseja-se evitar que a ferramenta seja instrumento de manipulação nas mãos poderosas de grandes milionários. Para isso se está montando um esquema forte, utilizando as estruturas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Três mil bilionários ganharam 6,5 trilhões de

dólares desde 2015. Deseja-se um sistema tributário internacional justo, inclusivo e eficiente.

Tramita no Congresso um projeto sobre a matéria, o que é natural que esteja acontecendo. Nos Estados Unidos, veículos como o “The New York Times” e “Forbes” processam big techs pelo uso indevido de reportagens em sistemas generativos. Não se pode capturar o conteúdo e se beneficiar dele.

É preciso evitar um sistema que se vale de conteúdos de futebol ou de economia, por exemplo, para obter lucros indevidos.

O fato é que, com a inteligência artificial, as consultas se tornaram mais frequentes. As respostas se tornaram mais copiosas e por isso mais completas. Os modelos de linguagens dos robôs de IA – conhecidos como large language models ou LILM só não podem ser usados de forma descuidada. Deve ser evitada a bajulação desnecessária. Isso tudo precisa ser trabalhado com seriedade.

*Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Universidade Santa Úrsula

EDITORIAL

IPVA: bom ao Estado, ruim ao contribuinte

O IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) de 2026 em São Paulo reforça uma estrutura tributária que prioriza a arrecadação imediata em detrimento dos benefícios reais ao contribuinte. É extremamente eficiente em arrecadar bilhões para os cofres públicos, mas falha em oferecer um alívio tributário robusto, sobretudo para a classe média.

Com o início do pagamento esta semana, o Palácio dos Bandeirantes manteve a alíquota de 4% para carros de passeio, um peso significativo no orçamento doméstico, especialmente ao considerar que o valor venal dos veículos sofreu reajustes baseados na tabela Fipe.

Além disso, o desconto para o pagamento à vista, em cota única, permanece fixado em 3%, um percentual anêmico diante das taxas de juros de mercado - que deveriam servir de fomento ao crédito, e não de agiotagem oficializada.

Para o cidadão, mobilizar o capital total do imposto em janeiro, a fim de obter um abatimento tão baixo, raramente compensa do ponto de vista financeiro, tornando o parcelamento em cinco vezes a opção mais lógica, ou menos pior.

A política paulista contrasta ainda com outros estados brasileiros, que oferecem reduções de

até 15% para estimular a adimplência e auxiliar o cidadão.

Neste sentido, o governo paulista acertou ao inovar, isentando motocicletas de até 150 cilindradas, beneficiando trabalhadores de baixa renda e profissionais de entrega, que utilizam o veículo como ferramenta de subsistência.

Acertou também ao manter a isenção para veículos híbridos e a hidrogênio com valor de até R\$ 261.154,45, alinhando-se às agendas ambientais globais.

Entretanto, é limitada pelo fato de que 2026 é o último ano de isenção integral para esses modelos, prevendo-se uma retomada gradual da cobrança nos anos seguintes, caso o novo governador paulista, que será eleito este ano, não se atente aos benefícios oriundos da medida.

A gestão do tributo também evoluiu em relação à facilidade de pagamento, consolidando o Pix e o uso de cartões de crédito como opções, e na emissão de alertas constantes de segurança, relativos aos pagamentos feitos pela internet, dada a existência de golpes e sites falsos.

O atraso no recolhimento gera multa diária, juros e impede o licenciamento do veículo, podendo resultar em apreensão em fiscalizações. Quem não pagou o IPVA em janeiro pode ainda fazê-lo em fevereiro, em parcela única, sem o desconto de 3%.

Opinião do leitor

Cinema

Wagner Moura e o Agente Secreto fazem história no Globo de Ouro e enchem o Brasil de orgulho. É o cinema brasileiro no topo! Que emoção!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: INGLÊS DEVE ORGANIZAR AS FINANÇAS BRASILEIRAS

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de janeiro de 1931 foram: Esquadilha Balbo se prepara ao voo rumo à Bahia. Família Real Britânica de luto com a morte da princesa Luiza Vitória. Chan-

celer Bruening promete resolver a questão agrária na Alemanha. Governo brasileiro convida Sir Otto Niemeyer, do Banco da Inglaterra, para organizar as finanças do país.

HÁ 75 ANOS: BRASIL PAGA PRIMEIRA PARCELA DOS CRUZADORES DOS EUA

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de janeiro de 1951 foram: Enquanto as tropas chinesas e da ONU ficam a mercê do tempo, diplomatas buscam acordos de paz no Conselho de Segurança.

Questão do armamento pesa no Tratado de Paz do Japão. Itamarathy divulga cronograma da solenidade de posse de Vargas na presidência do Brasil. País paga primeira parcela dos cruzadores dos EUA.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Níomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrick.bertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thilago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.